

PROVA ESCRITA – TIPO D

PROVA ESCRITA – TIPO D

INSTRUÇÕES:

1. Ao receber este caderno de prova, confira se ele contém 30 (trinta) questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada uma.
2. A folha de respostas deve ser preenchida com caneta azul
3. Cada questão objetiva vale 1/30 pontos, totalizando 10 (dez) pontos.
4. Cada questão objetiva contém uma única alternativa correta, de acordo com o comando.
5. Não é permitida a consulta a qualquer material.
6. Durante a prova, não é permitida a comunicação com outros candidatos.
7. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
8. Não será permitida a identificação do candidato no caderno de respostas, fora do local reservado para este fim. Em caso de inobservância, será atribuída nota ZERO à prova do candidato.
9. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
10. A inobservância a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno poderá implicar a anulação da prova do candidato.

QUESTÕES

1) No âmbito da Administração Pública, é vedada e imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. Esta norma existe em observância ao princípio da

- a) finalidade.
- b) motivação.
- c) proporcionalidade.
- d) moralidade.
- e) segurança jurídica.

2) De acordo com a Lei n. 8.666/93, a modalidade de licitação para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante remuneração ou prêmio aos vencedores, é denominada de:

- a) pregão.
- b) concorrência.
- c) concurso.
- d) convite.
- e) leilão.

3) Nos termos da Lei 8.112/90, o servidor estável só perde o cargo em virtude de:

- a) sentença judicial transitada em julgado ou de processo judicial no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- b) processo judicial ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) processo judicial ou de processo administrativo de responsabilidade no qual lhe seja assegurado o contraditório e ampla defesa.
- d) sentença judicial ou processo administrativo de responsabilidade no qual lhe seja assegurado o contraditório e ampla defesa.
- e) sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

PROVA ESCRITA - TIPO D

4) De acordo com a Lei nº 9.784/99, NÃO é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade

- a) que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- b) que venha a participar como testemunha.
- c) cujo servidor lotado no mesmo órgão tenha participado como testemunha.
- d) cujo cônjuge tenha participado como perito.
- e) que tenha interesse direto ou indireto na matéria.

5) Com relação aos deveres do administrado perante a Administração no âmbito da Lei nº 9.784/99, é INCORRETO afirmar que é dever do administrado:

- a) expor os fatos conforme a verdade.
- b) proceder com lealdade, urbanidade e boa fé.
- c) prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- d) colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- e) formular seus pedidos de forma temerária.

6) Segundo a classificação da Constituição proposta pela doutrina, a Constituição que pode ser modificada com uma maior facilidade, seguindo-se o mesmo procedimento de alteração das leis ordinárias, é denominada de:

- a) fixa.
- b) rígida.
- c) semi-rígida ou semi-flexível.
- d) formal.
- e) flexível.

7) No Brasil, o controle de constitucionalidade das leis, exercido por qualquer Juiz ou Tribunal, obedecendo as regras de competência jurisdicional é denominado de:

- a) controle abstrato.
- b) controle concentrado.
- c) controle fechado.
- d) controle difuso.
- e) controle preventivo.

8) Quanto aos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- c) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal somente é concedida mediante o pagamento da taxa correspondente.
- d) no Brasil, está completamente vedada a pena de morte.
- e) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

9) Compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre:

- a) direito tributário e financeiro.
- b) educação, cultura, ensino e desporto.
- c) trânsito e transporte.
- d) previdência social, proteção e defesa da saúde.
- e) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

PROVA ESCRITA – TIPO D

10) Nos termos da Constituição Federal de 1988, NÃO será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a seguinte matéria (Cláusula Pétreia):

- a) a forma republicana de governo.
- b) a forma federativa de Estado.
- c) o sistema presidencialista.
- d) alteração da competência do Supremo Tribunal Federal.
- e) a mudança da orbita federal do Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio

11) Segundo o Código Civil de 2002, são considerados incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer:

- a) os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- b) os silvícolas, sem contato com a civilização.
- c) os ausentes, declarados tais por ato do juiz.
- d) os pródigos.
- e) os surdos-mudos e loucos de todo o gênero.

12) Com relação as pessoas jurídicas, nos termos do atual Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) as autarquias, os partidos políticos e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- c) as fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- d) nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- e) se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

13) Nos termos do Código Civil de 2002, a personalidade civil da pessoa começa:

- a) com a comprovação da gravidez.
- b) com a emancipação.
- c) aos 18-anos de idade.
- d) com o nascimento com vida.
- e) com a concepção.

14) Com relação aos bens públicos, segundo o Código Civil de 2002, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) Os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno são públicos.
- b) Os bens de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças, são bens públicos.
- c) Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- d) Os bens públicos do domínio nacional podem ser alienados, observadas as exigências da lei, e estão sujeitos a usucapião.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

15) Com relação às invalidades do negócio jurídico, segundo o Código Civil de 2002, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- b) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- c) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- d) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- e) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, porém deve sempre ser pronunciada de ofício pelo juiz.

PROVA ESCRITA - TIPO D

16) Com relação à formação, extinção e suspensão do processo, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a opção CORRETA.

- a) O processo será suspenso quando a sentença de mérito depender de julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.
- b) Depois de decorrido o prazo para a resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- c) A sentença que reconhece a decadência ou a prescrição é classificada como sentença terminativa que não faz coisa julgada material, porquanto deve ser extinta sem resolução de mérito.
- d) A suspensão do processo por convenção das partes, (art. 265, II, CPC), nunca poderá exceder 6 (seis) meses; findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.
- e) Após a efetivação da citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

17) O Juizado Especial Federal visa, entre outras coisas, à obtenção do julgamento da matéria posta em juízo com o menor número de atos processuais, concentrando-se o máximo de manifestações das partes em audiência. Esse objetivo diz respeito ao princípio

- a) da publicidade.
- b) da oralidade.
- c) da economia processual.
- d) do devido processo legal.
- e) da impessoalidade.

18) No que concerne aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) o prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo, não se interrompendo nos feriados.
- b) computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- c) é permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar qualquer prazo.
- d) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- e) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

19) Nos termos do Código de Processo Civil, a citação e a penhora, em regra geral, devem ser realizadas:

- a) de segunda-feira a sexta-feira, das 8 às 20 horas.
- b) de segunda-feira a sábado, das 8 às 18 horas.
- c) de segunda-feira a sábado, das 6 às 20 horas.
- d) de segunda-feira a sexta-feira, das 6 às 18 horas.
- e) em qualquer dia, das 6 às 20 horas.

20) O Código de Processo Civil, com base na teoria da tríplice identidade, aponta três elementos identificadores da ação, são eles:

- a) legitimidade, capacidade e interesse processual.
- b) autor, réu e juízo competente.
- c) jurisdição, competência e capacidade processual.
- d) petição inicial, contestação e sentença.
- e) partes, pedido e causa de pedir.

PROVA ESCRITA – TIPO D

21) Segundo a legislação brasileira, considera-se o lugar da prática do crime aquele em que:

- a) ocorreu apenas a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- b) ocorreu apenas o resultado.
- c) onde deveria produzir-se o resultado, apenas.
- d) ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- e) ocorreu somente no local do resultado ou naquele que deveria produzir-se.

22) Nos termos do Código Penal, ficam sujeitos à lei brasileira os crimes, embora cometidos no estrangeiro, mesmo que o agente tenha aí sido absolvido ou cumprido a pena, EXCETO:

- a) os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República.
- b) os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- c) os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- d) os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- e) os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir

23) O agente que, voluntariamente, impede que o resultado do crime se produza, depois de já praticados todos os atos executórios suficientes à consumação, pode valer-se do instituto penal denominado de:

- a) desistência voluntária.
- b) arrependimento posterior.
- c) arrependimento eficaz.
- d) crime impossível.
- e) crime imperfeito ou incompleto.

24) São causas excludentes da ilicitude, EXCETO:

- a) a legítima defesa.
- b) a inexigibilidade de conduta diversa.
- c) o estrito cumprimento do dever legal.
- d) o estado de necessidade.
- e) o exercício regular de direito.

25) Fulano de tal, exercendo a função, transitoriamente, de vigilante da Escola Técnica Federal de determinada cidade, apropriou-se de duas cadeiras giratórias, de que tinha a posse em razão do cargo, durante o período da noite, horário de seu expediente. Diante desta conduta, é correto afirmar que Fulano cometeu o delito de:

- a) peculato.
- b) furto.
- c) concussão.
- d) prevaricação.
- e) condescendência criminosa.

26) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- b) entrando em vigor a nova lei processual penal, esta aplicar-se-á desde logo, entretanto, os atos processuais realizados sob a vigência da lei anterior perderão validade e deverão ser repetidos.
- c) nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial poderá instaurar inquérito, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para promover referida ação.
- d) na atual disposição do Código de Processo Penal não há lugar para o princípio da identidade física do juiz.
- e) no âmbito da Justiça Federal o prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo juiz a que competir o conhecimento do processo.

PROVA ESCRITA – TIPO D

27) Quanto à ação penal pública incondicionada, condicionada e privada, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nos crimes de ação penal pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) a representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.
- c) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, nada poderá fazer senão atender o pedido do Ministério Público.
- d) ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.
- e) nos crimes de ação penal privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.

28) Em regra, a competência estatuída pelo Código de Processo Penal, para apuração de determinado crime, será determinada:

- a) pelo lugar da ação ou omissão.
- b) pelo lugar onde o réu estabeleceu sua residência ou domicílio.
- c) pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- d) tanto pelo lugar da ação ou omissão como pelo lugar em que a infração se consumou.
- e) pelo lugar da residência ou domicílio da vítima.

29) Em matéria criminal, compete à Justiça Comum Federal processar e julgar:

- a) os crimes em que o indígena figure como autor ou vítima.
- b) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- c) os crimes eleitorais.
- d) os crimes militares.
- e) as contravenções penais.

30) Qual sujeito processual abaixo indicado não tem prerrogativa de intimação pessoal das sentenças criminais:

- a) o representante do Ministério Público.
- b) o Defensor Público.
- c) o Defensor Dativo.
- d) o Advogado constituído pelo acusado.
- e) o réu estando preso.